

## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

2013

Nos termos dos Estatutos da Estradas de Portugal, S.A. (EP) e em conformidade com o disposto na alínea g) do número 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) elaborar o relatório anual global da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do Exercício, apresentados pelo Conselho de Administração (CA), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013. Cumpre também a este órgão, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, sobre os Princípios de Bom Governo das empresas do sector empresarial do Estado, “...emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.”

É neste âmbito que os membros do órgão de fiscalização da EP – Estradas de Portugal, S.A. emitem o presente Relatório.

### Ação Fiscalizadora do CF

No âmbito das suas funções de fiscalização, o CF desta sociedade, durante o ano de 2013, acompanhou a atividade da EP através da informação financeira produzida, das atas das reuniões do Conselho de Administração, e de reuniões realizadas com a empresa, o ROC e os Auditores Externos. Das reuniões do Conselho Fiscal realizadas neste ano, num total de 8, foram elaboradas as respetivas Atas, que se encontram registadas junto da Sociedade no respetivo Livro de Atas, tendo este Conselho emitido igualmente parecer relativamente ao “Relatório e as Demonstrações Financeiras, incluindo Anexos, do Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2012”, ao “Relatório Financeiro e Demonstrações Financeiras, incluindo Anexos, do Conselho de Administração, reportados ao 1º semestre de 2013” bem como ao Relatório Final de Auditoria Interna sobre o Relatório do Tribunal de Contas “Auditoria ao modelo de gestão, financiamento e regulação do sector rodoviário”.

### Princípios de Bom Governo (PBG)

#### Avaliação do desempenho dos gestores

O Relatório divulga adequadamente a atividade desenvolvida no exercício, incluindo a abordagem aos Princípios de Bom Governo, estabelecidos para as empresas do sector empresarial do Estado, e as ações promovidas pela empresa com vista à sustentabilidade do seu relacionamento com terceiros, bem como dá resposta às instruções transmitidas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, relativamente à prestação de contas do exercício de 2013, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras do exercício.

A atividade da EP corresponde ao exercício das funções de operação e execução do sector das infraestruturas rodoviárias, envolvendo 15 concessões do Estado, num total de cerca de 2.650 km de estrada, uma rede subconcessionada de 1.766 km, objeto de 7 contratos de subconcessão, e uma rede sob gestão direta, num total de 13.554 km.

A EP, relativamente às 9 das concessões do Estado, realiza os pagamentos e arrecada os recebimentos, em nome do Estado, decorrentes dos processos de compensação e reequilíbrio financeiro solicitados pelas concessionárias, sendo que em 2 delas paga os encargos com a disponibilidade das infraestruturas e recebe

portagens; nas 7 concessões do Estado em regime ex-Scut, a empresa controla e recebe o produto da cobrança de portagens, ao mesmo tempo que paga disponibilidade por conta e em nome do Estado; relativamente às 7 subconcessões, a sua atividade centra-se na gestão da construção, sublinhando-se o atual redirecionamento no sentido da redução do âmbito do objeto do contrato, a que acresce referir o início do pagamento dos encargos com disponibilidade e serviço em 2014.

Os membros do Conselho de Administração da EP, em exercício a 31 de Dezembro de 2013, constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e dois Vogais, foram eleitos por Deliberação Unânime por Escrito de 17 de Julho de 2012, para o mandato de 2012 a 2014, com o propósito de levar a Estradas de Portugal a prosseguir a missão para que foi criada e a atingir os objetivos previamente definidos.

Muito embora não se tenha conhecimento de terem sido celebrados contratos de gestão com cada um dos seus membros, os objetivos prosseguidos pela Administração, no ano de 2013, corresponderam aos fixados no Contrato de Concessão (CC) e foram contemplados no Plano de Segurança Rodoviária para 2013 bem como no Plano Estratégico 2013-2016 elaborado em 2013 e designado k16. No Relatório e Contas do Conselho de Administração, incluindo o Relatório de Governo Societário, refere-se o grau de cumprimento dos referidos objetivos (em função de indicadores estabelecidos pelo Acionista): Otimização do investimento; Otimização da eficiência de execução; Incremento da receita total; Melhoria da perceção do nível de serviço; Melhoria do posicionamento corporativo; Eficiência do seu modelo de governação.

De acordo com os indicadores estabelecidos pelo Acionista relativos aos Objetivos de Gestão fixados para 2013, verifica-se uma redução dos custos operacionais de 29,8% face aos 225 M€ estabelecidos como meta, um incremento de 33 M€ do valor fixado como objetivo para a receita total, para o qual contribuiu o incremento de cerca de 2,7 M€ de serviços complementares correspondente a acréscimo de 29% face à meta estabelecida.

Em termos de segurança rodoviária, a EP continuou a realizar os necessários investimentos previstos no Plano de Segurança Rodoviária de 2013, cuja execução ascendeu a 4,3 M€, com incidência particular na eliminação de pontos negros, marcação rodoviária, reformulação da sinalização vertical e na implementação de equipamentos dirigidos a utilizadores mais vulneráveis. Ainda no que diz respeito à Segurança Rodoviária registou-se uma melhoria do índice de satisfação dos clientes que passou de 3,5 para 3,8, sendo que não foram disponibilizados os dados sobre sinistralidade para 2013 (indicador de gravidade dos acidentes e número de vítimas mortais), cujos valores em 2012 apresentaram redução face a 2011.

A Administração prosseguiu uma gestão sustentável através do desenvolvimento de ações em todas as áreas e níveis de estrutura da empresa, apresentando no seu Relatório de gestão, indicadores de desempenho económico, financeiro, de atividade, de rede, e de performance ambiental e social.

Durante o exercício de 2013, o Conselho de Administração viu-se confrontado com a necessidade de continuar a reduzir os investimentos da empresa, que passaram de 767 M€ em 2012 para 681 M€ em 2013, mantendo o esforço de redução dos custos operacionais.

#### Estrutura e mecanismos de governo

No R&C de 2013 e em conformidade com o disposto nos artigos 278.º e 413.º do CSC, com alteração conferida pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, bem como o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, encontram-se identificados o modelo de governo da sociedade, as remunerações dos membros dos órgãos sociais e a sua estrutura organizacional. Aquele modelo segue a modalidade de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), não membro daquele órgão. A empresa contratou, por proposta do Conselho Fiscal, uma sociedade de Auditores Externos, a

PricewaterhouseCoopers & Associados- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Lda., e, tendo em conta a dimensão e complexidade da atividade da EP, atribui a função de supervisão ao Gabinete de Auditoria Geral.

Tal como referido no Relatório do Conselho de Administração, confirmou-se o cumprimento, em 2013, das disposições legais fixadas sobre as reduções remuneratórias, designadamente as previstas na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e na Lei n.º 12-A/2010, quer ao nível dos órgãos de gestão e fiscalização, quer ao nível dos trabalhadores.

Ao nível da gestão dos riscos, a empresa tem desenvolvido um sistema de controlo interno e uma metodologia que permite, respetivamente, minimizar os riscos de projeto e acompanhar o risco ambiental da rede rodoviária nacional.

### **Apreciação do R&C de 2013**

Relativamente ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras de 2013, cuja versão assinada foi remetida ao Conselho Fiscal no dia 25 de junho de 2014, procedeu este Conselho à sua apreciação, tendo também contado, para o efeito, com a Certificação Legal de Contas, emitida pelo ROC, em 18 de junho de 2013, e com o Relatório dos Auditores Externos, de 18 de junho de 2013, ambos emitidos, com ênfase, sobre o exercício do ano de 2013.

Em resultado da análise efetuada ao R&C de 2013, da sua discussão com os demais órgãos de fiscalização e dos esclarecimentos que entretanto foram prestados pela empresa sobre a sua atividade naquele ano, destacam-se como aspetos mais relevantes:

- A posição financeira da empresa à data de 31 de dezembro de 2013 correspondente a 19.720.727 mil EUR;
- A concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com a das demonstrações financeiras;
- A atividade de construção da EP em 2013, por via direta ou por subconcessão, gerou um rendimento, em 31 de dezembro de 2013, da ordem de 344 M€, representando uma redução de cerca de 63% relativamente ao ano anterior; por sua vez, os encargos resultantes desta atividade ascenderam a cerca de 389 M€, inferiores em cerca de 57% aos suportados em 2012, devendo-se estas reduções essencialmente à diminuição do investimento em construção própria e subconcessões;
- As receitas com portagens aumentaram de 212 M€ em 2012 para 240 M€ em 2013, situando-se acima da meta estabelecida para o ano de 2013 (222 M€) a qual consta do Plano de Atividades e Orçamento de 2013;
- A dívida líquida da Sociedade passou de 2.904 M€, em 31 de dezembro de 2012, para 3.170 M€, no fim de 2013, representando um aumento do endividamento de cerca de 266 M€, refletindo o esforço de investimento anualmente atribuído à EP para fazer face aos pagamentos com as concessões do Estado;
- O reforço em 2013 da provisão para o processo do IVA, no valor de 22.198 m€, ascendendo o seu valor acumulado, em 31 de dezembro de 2013, a 281.459 m€, o que corresponde ao IVA que a EP estima que deixará de receber da AT caso considerem que a CSR não é uma receita sujeita àquele imposto; em janeiro de 2013 foram consideradas improcedentes em primeira instância do Tribunal as impugnações judiciais apresentadas pela EP o que gera incerteza quanto ao desfecho final dos processos;
- A inexistência de pagamentos em atraso a mais de 90 dias, apresentando a empresa, em 2013, um prazo médio de pagamentos que não ultrapassou em nenhum dos 4 trimestres do ano os 27 dias;
- O cumprimento do Plano de Redução de Custos, verificando-se uma diminuição de 51% e de 19% dos custos operacionais totais face a 2012 e a 2009, respetivamente, devido principalmente ao esforço de

contenção da execução da Rede Subconcessionada e de Obra Própria e dos Custos com Pessoal; considerando apenas o investimento próprio a redução de custos mantém-se igualmente expressiva registando face a 2012 e a 2009 diminuição de 10% e de 72%, respetivamente;

- O montante das amortizações, de cerca de 203 M€, calculado com referência à IFRIC 12, em função da melhor estimativa dos investimentos e das receitas a gerar ao longo do período da concessão de aproximadamente 75 Anos, devendo sublinhar-se que estas receitas não só não dependem de decisão da empresa (caso das provenientes da introdução de portagens), como estão sujeitas a fatores de difícil previsibilidade dado o elevado número de anos da concessão;

- O Resultado Líquido do exercício que ascendeu a cerca de 15 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 59% face ao ano anterior, em resultado da expressiva redução dos proveitos de 1.673 M€ para 1.100 M€, acompanhado da correspondente redução do CMVMC para 389 M€, e do peso crescente dos encargos financeiros não capitalizáveis, que passaram de 311 M€ para 330 M€; de sublinhar que os juros suportados pelo financiamento em 2013 foi superior ao suportado no ano anterior, 102,4 M€ contra 98,9 M€, dado o maior volume de financiamento apesar da redução da taxa média suportada (2,9% em 2013 e 4,0% em 2012);

- Em termos dos riscos enunciados no Relatório da Administração, destaca-se o risco de tráfego com implicações ao nível da contribuição do serviço rodoviário, que apresentou em 2013 um decréscimo de cerca de 0,6% face a 2012, em resultado da quebra de tráfego no ano de 2013 e consequente redução dos consumos de combustível, que se estima em 2,4% face ao ano anterior.

Dos aspetos mencionados, o Conselho Fiscal sublinha a necessidade de o acionista Estado continuar a reprogramar os investimentos, em função da conjuntura económica, ao mesmo tempo que deverá suprir as necessidades de financiamento da empresa por forma a responder atempadamente aos compromissos assumidos. O Conselho manifesta também a preocupação de que os resultados futuros da sociedade possam vir a ser alterados pelo facto de as amortizações serem calculadas com base em pressupostos assumidos para um período demasiadamente alargado como o é o dos 75 anos do período da Concessão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da ênfase expressa pelo Revisor Oficial de Contas e pelos Auditores Externos da sociedade, respetivamente na Certificação Legal das Contas e no Relatório de Auditoria elaborados sobre as contas de 2013, relativamente à questão da amortização, e entende que estas contas foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que refletem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da EP.

Por sua vez o Relatório de Gestão respeita as exigências de prestação de informação, em conformidade com o disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e com orientações transmitidas pelo Ministério das Finanças enquanto tutela financeira da sociedade.

Para a emissão do seu parecer, o Conselho Fiscal teve também presente o Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, que se anexa, e a Certificação Legal das Contas da SROC.

## **PARECER**

Perante os elementos compulsados, o Conselho Fiscal entende que:

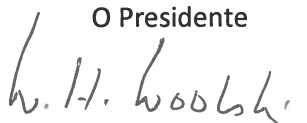
a) O Relatório e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração para 2013 reúnem condições para aprovação;



b) A Proposta de Aplicação dos Resultados constante do Relatório do Conselho de Administração reúne igualmente condições para aprovação;

Lisboa, 30 de junho de 2014

O Presidente

  
William Hall Woolston

O Vogal

  
Bernardo Xavier Alabaça